

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE UM COLÉGIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Érica Reis dos Santos ¹
João Vinícius Souza Moreira ²
João Pedro Barreto Diniz ³
Bárbara Cristina dos Santos Fernandes ⁴
Terciana Vidal Moura ⁵

O presente trabalho traz uma reflexão sobre a Educação Inclusiva no contexto da escola, a partir da percepção dos professores. Tal inquietação sobre essa questão vem de nossas vivências enquanto bolsistas-residentes no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Subprojeto do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), edição 2022-2024, cujo início deu-se em novembro de 2022. O Subprojeto foi dividido em três módulos com carga horária de 140 horas obrigatórias. A discussão trazida neste texto é fruto das nossas vivências e observações feitas na escola-campo do PRP de nossa atuação. Trata-se de uma escola pública de Educação Básica, que atende aos Anos Finais do Ensino Fundamental e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, localizada em um dos municípios do Recôncavo da Bahia.

A Educação Inclusiva tem como objetivo eliminar a segregação entre os estudantes no ambiente escolar, assim como, proporcionar que estes tenham os mesmos direitos que os estudantes sem deficiência (Barbosa; Bezerra, 2021). Tal temática chamou atenção, pois na escola-campo aqui mencionada, é recorrente as queixas de professores sobre a falta de preparo para com a inclusão desses escolares. Segundo Figueiredo (2021), a inclusão desses estudantes vai além de matriculá-los no ensino regular, pois perpassa questões como inseri-lo

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, ericareis@aluno.ufrb.edu.br;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, vinmoreira@aluno.ufrb.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, joobarretodiniz@gmail.com;

⁴ Professora Preceptora do do Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em Biologia da UFRB; Graduada em Licenciatura em Ciências da Natureza - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, barbarafernandes2003@yahoo.com.br;

⁵ Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Docente Orientadora do Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em Biologia da UFRB; Doutora em Ciências da Educação; tercianavidal@ufrb.edu.br

no meio social e garantir o seu aprendizado. No entanto, para que estes aspectos sejam garantidos, o professor deve receber uma formação para lidar com a inclusão.

De acordo com o artigo 59 da LDB, é assegurado o oferecimento de educadores capacitados na área de inclusão nas redes de ensino básico brasileiras (Brasil, 1996). No entanto, essa diretriz só garante a formação especializada para professores que irão trabalhar em salas especializadas (Tavares; Santos; Freitas, 2016). Todavia, não é somente nessas salas que se encontra estudantes que precisam de uma formação eficiente que seja eficiente na inclusão.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo compreender pela perspectiva dos professores da escola-campo, como eles avaliam a materialização da Educação Inclusiva no cotidiano da escola. Sendo assim, o texto será dividido em mais três sessões, sendo elas: a metodologia de condução do trabalho; os resultados obtidos bem como a discussão sobre estes; e as considerações finais.

Para poder compreender melhor esta temática dentro da escola-campo, utilizamos de um questionário online via *Google Forms* com 6 perguntas. O link de acesso para as perguntas foi disponibilizado para os docentes via grupo de *WhatsApp*.

O formulário foi estruturado em 6 questões, estas divididas em objetivas e discursivas. Para a formulação deste, foi utilizado como referência os referenciais teóricos supracitados nesta introdução, bem como as observações dos residentes dentro da escola.

A distribuição do questionário foi restrita apenas aos professores que lecionam no período matutino, pois é o período no qual se encontra o Ensino Regular.

O questionário obteve 9 respostas dos 10 professores que ensinam na escola no turno da manhã. Para iniciar a coleta de dados, a primeira pergunta feita no questionário foi se os professores possuem alunos com laudo de necessidades especiais. Como resposta, 7 afirmaram que sim, enquanto 2 não souberam responder. Na pergunta seguinte, eles informaram quantos alunos seriam, chegando a respostas que variavam de 6 a 15 estudantes assistidos em toda escola, com exceção dos professores que não foram informados.

Com esses dados, pode-se observar que a maioria dos professores estão em constante contato com pessoas com deficiência. Logo, devido a essa constatação, demanda uma atenção maior às práticas pedagógicas na perspectiva da Educação Inclusiva nessas turmas.

Segundo Marcotti e Marques (2017), a formação continuada de professores dentro da área da inclusão, possibilita mudanças em diversos campos, como nas práticas pedagógicas, no currículo e no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, quando questionados se esses

professores possuem formação para ensinar esses estudantes, apenas 1 afirmou que sim, 1 respondeu que possui uma formação parcial, e 7 afirmaram não ter essa capacitação.

Com essa observação, pode-se questionar como se dá a inclusão nesta escola. Assim, os professores foram perguntados sobre como eles avaliam a inclusão no ambiente de trabalho. Das respostas obtidas, 5 responderam que a inclusão é mediana, 2 responderam ruim, 1 respondeu péssima e apenas 1 afirmou ser boa. A partir das duas últimas perguntas, é possível perceber como a falta de formação dos professores — seja ela inicial ou continuada— pode refletir em como a escola atua em relação à inclusão. Ao considerar que a escola não possui profissionais capacitados para essa demanda, a instituição também não dá conta de garantir uma educação de qualidade para esses estudantes, tendo em vista que suas necessidades não são contempladas.

De acordo com o decreto Nº 10.502/20, é assegurado aos professores uma formação profissional de capacitação equitativa e inclusiva, tanto com atuação em escolas especializadas como de Ensino Regular, bem como um sistema educacional de equidade e inclusivo para os estudantes. (Brasil, 2020). Logo, se o Estado assegura tais direitos e não os efetiva, cabe a ele retificar tais problemáticas. O Decreto também chama atenção para equidade, uma vez que apenas incluir estudantes com deficiência e tratá-los iguais aos estudantes desprovidos desta, também é uma forma de exclusão (Ferlin, 2021). Dessa forma, a Educação Inclusiva perpassa por questões muito mais complexas, estas envolvendo a psique humana, estratégias e metodologias didáticas, a neurobiologia no processo de aprendizagem de estudantes especiais, entre outros fatores.

Para complementar este debate de suporte para as escolas e compreender como os professores veem este, foi questionado a eles qual o motivo de ter essa dificuldade de ensinar estudantes com necessidades especiais. Assim, obteve-se 7 respostas de que a culpa é da formação de professores, da escola e da falta de assistência social. Além disso, 1 respondeu que era somente da formação de professores e outro da falta de assistência social. Com esses dados, é possível perceber que a maioria dos professores encara essa dificuldade no ensino como consequência de diversos fatores. Tratando-se da formação dos professores, os resultados aproximam-se com o estudo realizado por Gomes de Oliveira et al. (2019) quando estes afirmam que os professores de classes comuns não se sentem preparados para trabalhar com estudantes atípicos, sendo necessário buscar estratégias que auxiliem nesse processo.

Por fim, na última pergunta, que seria como uma continuação desta discutida anteriormente, eles citaram quais possíveis soluções poderiam ser tomadas para contornar esta problemática. Em sua maioria, eles alavancaram que uma maior formação para os professores

e mais apoio a gestão da escola, seria uma alternativa para alterar tal cenário. Marcotti e Marques (2017) enfatizam que apenas mudanças no currículo dos cursos de graduação não são suficientes para prepará-los para enfrentar essas dificuldades, mas que uma formação adequada depende tanto de uma base teórica como também da experiência, e apenas com estes dois pontos alinhados o professor terá meios para enfrentar esses desafios. Tais estratégias poderiam ser de grande valia também quando tais educadores assumissem a direção e a coordenação das escolas, visto que em ambos os setores, assim como dentro da sala de aula, os profissionais são licenciados.

Diante do que foi exposto neste relato, é possível perceber que os professores desta escola-campo sentem-se sem apoio para trabalhar com a Educação Inclusiva. Em diversos momentos de suas opiniões eles ressaltam que a formação a qual lhes foi oferecida não contempla as demandas do sistema de ensino.

Ademais, é importante ressaltar também que os mesmos docentes reconhecem que este ponto não é o único a ser retificado para alcançar uma educação inclusiva eficiente. Eles afirmam que a escola, assim como a sua gestão, precisam sofrer aperfeiçoamentos para contribuir com tais metas. Além disso, utilizando a lei Nº 10.502/20 como exemplo, deve ser ressaltado que o Estado tem a sua parcela de responsabilidade na garantia desse direito constitucional.

Em suma, a visão dos docentes neste campo é importante devido a responsabilidade social que lhes é atribuída. No entanto, análises mais profundas não podem ser descartadas devido à complexidade de tal tema. Dessa forma, o presente trabalho pode servir de amostra de como a Educação Inclusiva é vista pelos profissionais da educação, auxiliando assim em reflexos sobre a temática, que podem servir de base para criação de novas estratégias para aperfeiçoar o ensino no campo da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Programa de Residência Pedagógica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

FERLIN, Flávia. **Formação de Professores para a Educação Inclusiva**. Orientador: Prof. Dr. César Donizetti Pereira Leite. 2022. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216242/ferlin_fc_tcc_rcla.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 25 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Débora Nascimento. Educação inclusiva no ensino fundamental. **Monumenta - Revista Científica Multidisciplinar**, Paraíso do Norte, v. 3, n. 1, p. 76-89, 2021.

GOMES DE OLIVEIRA, Francisco N.; BRANCHER, Vantoir R.; SILVA, Suzel L.; PIOVESAN, Josiane B. A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 230-250, 2019.

MARCOTTI, Paulo; MARQUES, Michele Ferreira. Educação Inclusiva: formação e prática docente. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 77-86, june 2017. ISSN 2594-4797.

TAVARES, Lídia Mara F. L.; SANTOS, Larissa M. Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 527-542, 2016.